

# GEOCIÊNCIAS

NOVEMBRO / 2001

6

CADERNOS DE

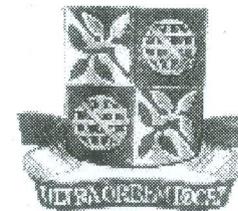
- Homenagem ao Professor Milton Santos
- Artigos
- Resumos de Dissertações de Mestrado



INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS-UFBA

CADERNOS DE  
GEOCIÊNCIAS

NOVEMBRO / 2001 - Nº 6



INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

## NOTA DO CONSELHO EDITORIAL

Os trabalhos publicados podem ser reproduzidos, no todo ou em parte, com a condição de serem acompanhados do nome do autor, do registro "Reprodução dos CADERNOS DE GEOCIÊNCIAS" e indicação da data. Três cópias deverão ser enviadas ao Instituto de Geociências.

Os trabalhos publicados nos CADERNOS DE GEOCIÊNCIAS são de inteira responsabilidade dos autores e não exprimem necessariamente a opinião do Instituto de Geociências ou do Conselho Editorial.

Cadernos de Geociências / Instituto de Geociências da  
Universidade da Bahia - Vol. I nº 1 (jan. 1992); nº 2  
(mai. 1992); nº 3 (dez. 1992); nº 4 (nov. 1993); nº 5  
(nov. 1996); nº 6 (nov. 2001)  
Salvador; GEO, UFBA. 2001  
212 p. il.; 22cm

ISSN 0104-2327

I. Geociências - Periódicos I. Universidade Federal da Bahia.  
Instituto de Geociências

CDU 55:91(05)

Tiragem: 1000 exemplares

Rua Barão de Geremoabo, s/nº  
Campus Universitário de Ondina  
40.170.290 - Salvador - Bahia  
Tels.: 247-2566\* - 247-2775\*  
Fax: (071) 247-2486

## Editorial

*Com o aprofundamento da crise financeira a que têm sido submetidas as instituições federais brasileiras de ensino superior nos últimos cinco anos, ficou inviabilizada a continuidade da publicação desta Revista. Cabe registrar que durante este intervalo de tempo, foram feitas várias tentativas de voltar a publicar nossa Revista, o que só agora tornou-se possível. Daí nossa grande satisfação com a publicação do sexto volume dos "Cadernos de Geociências".*

*A partir deste volume, os editores decidiram aceitar alguns trabalhos científicos mais aprofundados, sem no entanto alterar substancialmente o caráter original da Revista, como instrumento de divulgação de reflexões e idéias relacionadas ao campo das Geociências. Dentro desta nova perspectiva, o leitor notará a inclusão de uma nova seção, constando de resumos das Dissertações e Teses defendidas nos diversos Cursos de Pós-Graduação do Instituto de Geociências da UFBA.*

*Iniciando esta edição, não poderíamos deixar de prestar uma Homenagem especial ao Dr. MILTON SANTOS, professor do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFBA e da USP, recentemente falecido. Foi professor em várias universidades estrangeiras, escreveu mais de 50 livros e recebeu mais de 20 títulos de Doutor Honoris Causa. Por sua atuação e realizações foi sem dúvida o mais importante geógrafo-filósofo brasileiro contemporâneo e um intelectual respeitado em todo o mundo.*

*Não podemos deixar de registrar que a retomada da publicação dos CADERNOS DE GEOCIÊNCIAS só foi possível graças ao esforço coletivo dos Editores e do Conselho Editorial em conjunto com o apoio decisivo da Companhia Bahiana de Pesquisa Mineral - CBPM, da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Governo do Estado da Bahia. Por último, queremos assinalar que estamos resgatando uma grande dívida para com alguns dos autores que colaboraram com esta edição, cujos trabalhos esperaram tanto tempo para sua publicação.*

Novembro, 2001

Francisco José Gomes Mesquita Osmário Rezende Leite  
Editores Responsáveis

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Francisco José Gomes Mesquita  
Osmário Rezende Leite

## EDITOR EXECUTIVO

Teodora M<sup>a</sup> Conceição Rocha

## CONSELHO EDITORIAL

Amalvina Costa Barbosa  
Dária M<sup>a</sup> Cardoso Nascimento  
Délío José Ferraz Pinheiro  
Ilson Guimarães Carvalho  
Joil José Celino  
Maria Auxiliadora da Silva  
Maria José Marinho Rêgo  
Neyde M<sup>a</sup> Santos Gonçalves  
Pascal Jean Michel Motti  
Sylvio Bandeira de Mello e Silva  
Wilson Mouzar Figueiró

## CONSULTORIA "AD HOC"

Herbert Conceição  
Angela Beatriz de Menezes Leal

## PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Helida Rocha Conceição

## IMPRESSÃO

PRESSCOLOR Gráficos Especializados Ltda.

# SUMÁRIO

## HOMENAGEM

Milton Santos

*Maria Auxiliadora da Silva*

11

## ARTIGOS

- **A Geografia através da Literatura: duas abordagens do Romance "Corta Braço"** 27  
*Amenair Moreira Silva, Ednúsia .M.C. Santos e Sandra Regina Martins*
- **A importância das Controvérsias Geológicas no Ensino de Geologia: exemplo do Modelo Fixista à Tectônica de Placas** 41  
*Joil José Celino e Osmário Rezende Leite*
- **E qual o lugar da Geografia Regional no contexto atual da Geografia?** 59  
*Angelo Serpa*
- **Mundialização Soteropolitana: Turismo, Carnaval e Venda da Cidade** 81  
*Clímaco Dias*
- **Petrologia e Mineraloquímica dos Granitóides Peraluminosos com Cordierita no Extremo Sul da Bahia** 99  
*Joil José Celino e Nilson Francisquini Botelho*
- **Reforma Agrária: Ações Públicas e Movimentos Sociais** 133  
*Guiomar I. Germani*
- **Transformações das Composições Químicas dos Minerais nas Rochas da Interface Anortosito/Dolerito do Maciço Anortosítico de Potiraguá, Bahia** 145  
*Bordini, R.M., Cruz, M.J.M, Merlet, C.*
- **Uma Análise Geográfica na Literatura Amadiana: o Romance Mar Morto e a Geografia Humanística** 157  
*Margarete Rodrigues Neves Oliveira, M<sup>a</sup> Madalena Noronha e Alesselma Pereira*
- **Atenuação de Múltiplas do Fundo do Mar e Migração Pré-empilhamento no Domínio das Ondas Planas.** 165  
*João Roberto Simões Bezerra dos Santos*

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Aplicação da Coerência Sísmica à Detecção de Feições Estratigráficas e Estruturais</b> <i>Raul Dias Damasceno</i></li> </ul>	167	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Batólito Trondhjemítico de Nordestina: Geologia, Petrografia e Litogeoquímica de uma Intrusão Paleoproterozóica</b> <i>Basílio Elesbão da Cruz Filho</i></li> </ul>	193
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Inversão Híbrida de Dados Sísmicos</b> <i>Vânia Lúcia de Albuquerque Machado</i></li> </ul>	169	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Estudo Geoquímico do Cobre na Coluna D'Água da Região Oceânica Brasileira, Cadeia Vitória – Trindade.</b> <i>Carlos Roberto Santos Silva</i></li> </ul>	195
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Conversão tempo-profundidade utilizando Imageamento tipo Kirchhoff</b> <i>Neiva Terezinha Zago</i></li> </ul>	171	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Avaliação de Impactos da Agricultura Intensiva Irrigada sobre as Propriedades Físicas e Químicas de Solos da Microrregião de Irecê-Bahia.</b> <i>Antônio Mário Reis de Azevedo Coutinho</i></li> </ul>	197
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cidade Alta em Alta? Circuitos e Cenários das Dimâmicas Comerciais do Centro Velho de Salvador</b> <i>Noorma Maria Heinonen</i></li> </ul>	173	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Caracterização Geoquímica do Manguezal da Região Estuarina do Rio Sauípe, Litoral Norte da Bahia</b> <i>Daniela Reitermajer</i></li> </ul>	199
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>A Questão dos Meninos/as de Rua no Brasil e em Salvador: uma Análise Sócio-histórica e Territorial</b> <i>Carlos José de Almeida Santana</i></li> </ul>	175	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>O Maciço Anortosítico de Carapussê, Itamarí – Bahia</b> <i>Eron Pires Macêdo.</i></li> </ul>	201
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Impacto da Modernização da Agricultura no Oeste Baiano: Repercurssão no Espaço do Cerrado a partir da Década de 80</b> <i>Clóvis Caribé Menezes dos Santos</i></li> </ul>	177	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Dinâmica Geoquímica de Metais no Manguezal e sua Interação com o Molusco Bivalve Anomalocardia Brasileira na Bahia de Camamu: Subsídios a um Programa de Monitoramento Relacionado a Organismos Comestíveis Provenientes de Zonas de Manguezal do Estado da Bahia – Brasil.</b> <i>Jefferson Cerqueira Viana</i></li> </ul>	203
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>No Limiar da Praça - uma Forma de redescobrir Salvador</b> <i>Marlene Pires D'Aragão Carneiro</i></li> </ul>	179	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Caracterização Biogeoquímica dos Manguezais do Estuário do Rio Joanes - Lauro de Freitas - Bahia.</b> <i>Maria do Carmo Filardi Barbosa</i></li> </ul>	205
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Territorialidade da Universidade do Estado da Bahia - UNEB no Espaço Baiano: uma análise geográfica da UNEB em Santo Antonio de Jesus</b> <i>Sonia Marise Rodrigues Pereira Tomazoni</i></li> </ul>	181	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Geomorfologia e Meio Ambiente em Região Tropical Semi-Árida Município de Araci – Bahia.</b> <i>Rita de Cássia Ferreira Hagge</i></li> </ul>	207
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>O Centro Histórico de Salvador e os Discursos para a Montagem dos Cenários</b> <i>Tania Regina Santos Braga</i></li> </ul>	183	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Influência do Enxofre na Fisiologia de Mangifera Indica L. cv. Espada em Áreas de Solos Contaminados pela Poluição Área na Região do Pólo Petroquímico de Camaçari-Bahia.</b> <i>Vanusa Sousa Almeida</i></li> </ul>	209
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Petrografia, Litogeoquímica e Idade do Magmatismo Alcalino Metaluminoso a Peraluminoso Tardio da Parte Sudoeste do Núcleo Serrinha (Bahia): Granitos tipo Morro do Lopes</b> <i>Adriana Almeida de Peixoto</i></li> </ul>	185	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Normas Editoriais</b></li> </ul>	211
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Estudo Geoquímico em Sedimentos do Trecho do Oceano Atlântico de Salvador (Bahia) e Cabo de São Tomé (Rio de Janeiro)</b> <i>Astério Ribeiro Pessoa Neto</i></li> </ul>	187		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Diagnóstico Geoambiental de zonas de Manguezal do Estuário do Rio Itanhém, Município de Alcobaça - Região Extremo Sul do Estado da Bahia</b> <i>Bárbara Rosemar Nascimento de Araújo</i></li> </ul>	189		

## E qual o lugar da Geografia Regional no contexto atual da Geografia?<sup>1</sup>

Angelo Serpa\*

Não é nova a idéia de que a Geografia é o estudo da individualidade dos lugares. Para os que defendem esta idéia, o estudo geográfico deveria abarcar todos os fenômenos que estão presentes numa dada área, tendo por meta compreender o caráter singular de cada porção do Planeta:

*Alguns geógrafos vão buscar esta meta através da descrição exaustiva dos elementos, outros pela visão ecológica, encontrando no próprio inter-relacionamento, um elemento de singularização. Em ambas as propostas, é a individualidade local o que importa. Esta perspectiva teria suas raízes em autores da Antigüidade Clássica, como Heródoto ou Estrabão, que realizaram estudos mostrando os traços naturais e sociais das terras, por onde andaram. Modernamente, tal perspectiva tem sua expressão mais desenvolvida na chamada Geografia Regional. Esta propõe, como objeto de estudo, uma unidade espacial, a região - uma determinada porção do espaço terrestre (de dimensão variável), passível de ser individualizada, em função de um caráter próprio (MORAES, 1981: 15-16).*

O dualismo na Geografia relacionava-se com o contraste entre a Geografia Geral (sistemática, chamada hoje com mais freqüência Tópica) e a Geografia Especial (Regional). Enquanto a Geografia Tópica se ocupa

<sup>1</sup> Este artigo é uma revisão bibliográfica comentada sobre o papel da Geografia Regional no contexto da ciência geográfica contemporânea, resultado das reflexões e experiência como professor, desde 1997, das disciplinas Geografia Regional I e II (do curso de graduação em Geografia) e Evolução e Organização do Espaço Regional (do curso de Mestrado em Geografia), na Universidade Federal da Bahia.

\* Professor do Departamento e Mestrado em Geografia, Instituto de Geociências - UFBA.

de um determinado grupo de características produzidas por um tipo de processo, independente das características que possam ocorrer no mundo, a Geografia Regional tem o seu enfoque numa área específica que revela certa homogeneidade, resultante de características relacionadas dentro da área. Para Jan BROEK, pode-se resolver esse dualismo considerando os aspectos tópicos e regionais como duas aplicações do método regional:

*Se, por exemplo, estivermos interessados na localização tópica das indústrias de manufatura, procuramos as regiões do mundo que são homogêneas em termos desse critério específico. Por outro lado, quando praticamos a chamada Geografia Regional, selecionamos certas características (tópicos) como critérios para marcar a região. Afinal, todos os lugares da Terra são singulares e cheios de coisas peculiares. Será inútil pensar que podemos dominar a totalidade de conteúdo de qualquer área. Uma região, portanto, é uma área homogênea em termos dos critérios específicos escolhidos para delimitá-la das outras regiões (BROEK, 1967: 81-82).*

Em virtude dos debates travados na Alemanha durante a segunda metade do século XIX verificou-se, no final do século, um consenso geral entre os geógrafos alemães no sentido de que os estudos segundo os elementos e os estudos segundo as áreas eram igualmente importantes e necessários na Geografia. Essa posição equilibrada foi, porém, em breve perturbada por novas teorias acerca das regiões como reais unidades de área, que permitiriam a reformulação de conceitos genéricos e, segundo se presumia, de leis ou princípios gerais, aparentemente independentes dos trabalhos em “Geografia Sistemática” (HARTSHORNE, 1978).

Embora essa teoria das regiões como entidades legítimas tenha sido de breve duração, deixou um resíduo de convicções segundo as quais poderiam ser elaborados conceitos genéricos de regiões em termos do seu caráter total. Na Alemanha a Geografia “Sistemática” ou “Geral” foi relegada a um nível inferior e, muitas vezes, afastada inteiramente do campo da disciplina. Nos Estados Unidos, por outro lado, muitos geógrafos reagiram contra as teorias exageradamente otimistas sobre a Geografia Regional, a ponto de impugnarem a legitimidade do seu lugar na Geografia. Até mesmo na França, onde os geógrafos sempre foram particularmente festejados por suas monografias de caráter regional, alguns estudiosos vieram a encarar a “Geografia Geral” como o coroamento dos conhecimentos geográficos, a meta derradeira da Geografia (HARTSHORNE, 1978).

Para HARTSHORNE essa controvérsia histórica contribuiu para um equívoco, resultado do pressuposto da existência de uma dicotomia em Geografia. O autor acha que a expressão “Geografia Regional” tende a

confirmar a impressão errônea de que a outra modalidade da Geografia não diz respeito a áreas:

*As expressões “Geografia Geral” e “Geografia Sistemática” tendem, uma e outra, a dar realce aos estudos genéricos de fenômenos particulares, e não aos estudos de fenômenos em inter-relação, em lugares específicos (HARTSHORNE, 1978: 118).*

A exigência de alguns estudiosos de que a “Geografia Regional” deveria ser eliminada da Geografia, alegando a impossibilidade de uma análise objetiva da complexa integração dos fenômenos heterogêneos, existentes nas áreas, com o emprego das ciências sistemáticas, foi levada por LE LANNOU ao campo dos seus opositores. O autor ataca a premissa de que qualquer parcela muito vultuosa da Geografia Geral possa pretender analisar sua matéria da maneira e no grau que tais opositores consideram científica:

*Tais resultados não foram alcançados quanto aos aspectos humanos da Geografia nem podem ser esperados quanto à totalidade dos aspectos “naturais”. Desde que a maior parte da integração completa da Geografia não pode ser decomposta em integrações elementares, a exclusão da Geografia Regional como “não científica” em breve teria de ser também seguida pela exclusão da maior parte do que hoje se denomina Geografia Sistemática (LE LANNOU, in: HARTSHORNE, 1978: 120).*

Na verdade, todos os geógrafos, independente de suas convicções, reconhecem que não poderíamos, de modo algum, explicar as escolhas e os atos do homem exclusivamente em termos de relações com o meio natural:

*Considerar ou não a Geografia como uma ciência é questão que não pode ser resolvida pela amputação de importantes segmentos da disciplina como um campo de conhecimento. As integrações complexas de fenômenos que variam através das áreas constituem a realidade do nosso mundo. Descrevê-las e, tanto quanto possível, analisar e explicar essas diversas integrações, suscita problemas que são, indubitavelmente, difíceis de resolver. Mas a Geografia é a disciplina da qual os homens esperam tais soluções, e ela sempre procurou proporcioná-las (HARTSHORNE, 1978: 120).*

### **Evolução do conceito de Região: De Heródoto a Hartshorne**

Uma geografia que se preocupa com a descrição dos lugares, numa perspectiva regional, remonta à antiguidade clássica, com HERÓDOTO (484-425 a.C.). Os gregos não só fizeram descrições dos lugares (as chamadas topografias) como também procuraram explicá-las:

*Os fatos ocorrem, e os lugares existem, em pontos específicos da*

superfície terrestre. Os gregos concluíram que a terra era esférica, e mais tarde Eratóstenes (276-194 a.C.) calculou-lhe a circunferência com uma precisão notável. Sua contribuição realmente geográfica, porém, foi a criação de um sistema de linhas de latitude e longitude, sobre as quais ele dispunha a localização dos mares, terras, montanhas, rios e cidades. Nasceu assim o verdadeiro mapa - em contraste com o simples esboço: a ordem geográfica substituiu a descrição desordenada (BROEK, 1967: 20-21).

Mas é somente na Alemanha do início do século XIX que vão surgir as primeiras colocações no sentido de uma geografia sistematizada, com Alexandre von HUMBOLDT e Karl RITTER. Ao contrário de HUMBOLDT, que via na "contemplação da universalidade das coisas" a definição do objeto geográfico (MORAES, 1981: 46), é o trabalho de RITTER que vem ressaltar a experiência humana no contexto regional:

*Ritter considerava a terra como a casa do homem. Dividia-a em regiões naturais - principalmente de acordo com as formas dos acidentes - e examinava seu sentido para a sociedade que ocupava, ou havia ocupado, cada unidade (...) Julgava que a vontade divina havia criado a Terra como uma escola para o homem, na qual ele progrediria da bárbarie crua para a grandeza espiritual (BROEK, 1967: 27).*

Com a obra de Friedrich RATZEL, publicada no último quartel do século XIX, o processo de sistematização da Geografia ganha novas forças. Surge com ele a noção de "espaço vital", que representaria uma proporção de equilíbrio, entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, determinando assim suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais:

*O solo pode favorecer ou impedir o crescimento dos estados (...) Um território inóspito não pode "alimentar" nenhum estado, é um deserto histórico (...) Um sentimento de unidade com o território é mais forte naqueles lugares onde as fronteiras são claras e definidas, onde há mais facilidade de dominação e exploração dos recursos naturais (RATZEL, 1974: 2-3).*

Entre os geógrafos foi Friedrich RATZEL quem mais explorou as influências do ambiente físico sobre a humanidade:

*A essência de sua argumentação era que o homem é uma criatura do seu ambiente, tal como Darwin provara a adaptação e sobrevivência dos mais aptos no mundo animal (BROEK, 1967: 30).*

Portanto, no campo da geografia, o conceito dominante era, ao final do século XIX, o de região natural, originado do determinismo ambiental. Para RATZEL, "o território representaria as condições de trabalho e existência de uma sociedade e sua perda seria a maior prova de decadência desta sociedade" (LEITE, 1994: 21).

Também Vidal de LA BLACHE definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, só que sob a perspectiva da paisagem:

*A teoria de Vidal concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes, que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis. A este conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente, Vidal denominou "gênero de vida", o qual exprimiria uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida (MORAES: 1981: 68-69).*

Em contraponto ao determinismo prussiano de RATZEL, surge a teoria possibilista e a escola francesa de Geografia. O objeto da teoria possibilista é a região, porque a organização espacial resultante de um determinado gênero de vida tem extensão territorial e limites razoavelmente identificáveis. Uma região seria, portanto, uma escala de análise, uma unidade espacial dotada de individualidade com relação às suas áreas limítrofes (LEITE, 1994).

*O homem criou para si diversos gêneros de vida. Com a ajuda de materiais extraídos da natureza circundante, ele conseguiu, progressivamente, através da transmissão hereditária de técnicas e costumes, construir qualquer coisa de metódico que assegura sua existência e que adequa o meio material às suas necessidades (LA BLACHE, 1948: 115).*

Discípulo direto de Vidal de LA BLACHE, BRUHNS escreveu uma volumosa geografia humana, onde propõe uma classificação dos fatos geográficos, dividindo-os em três grandes grupos: os fatos de ocupação improdutiva do solo (casas e caminhos), fatos da conquista vegetal e animal e fatos de ocupação destrutiva:

*O geógrafo deve se preocupar antes de tudo do fato predominante, que é ao mesmo tempo o fato modesto, o tipo mais representativo de uma região determinada. A habitação que resulta de um capricho individual não deve contar para ele (...) Tudo que é excepcional tem para os estudos de geografia humana menos valor que tudo aquilo que se aproxima da noção de tipo (BRUHNS, 1925: 100).*

Para MORAES, a noção de região originou-se na Geologia onde aparece como uma parcela da superfície terrestre dotada de uma unidade natural, com a sua individualidade estabelecida através de elementos da natureza:

*Com Vidal, e de forma progressiva a partir dele, o conceito de região foi humanizado; cada vez mais, buscava-se sua individualidade nos dados humanos, logo, na história. Apesar de muitos autores terem associado*

os processos históricos de povoamento e organização de uma região às condições naturais aí existentes (...) a região foi sendo compreendida como um produto histórico, que expressaria a relação dos homens com a natureza (MORAES, 1981: 76).

HARTSHORNE, na década de 1940, propôs a região como uma área que apresenta individualidade, resultado da integração, de natureza única, entre fenômenos heterogêneos. O instrumento de análise da proposta de Hartshorne não é uma região previamente identificada, mas uma área de integração construída no decorrer do processo de investigação:

*Os sistemas comuns de "regiões climáticas", "regiões de solos", ou também os de "regiões agrícolas" ou "regiões industriais", não implicam a integração de elementos. Trata-se de generalizações meramente descritivas de um ou mais elementos que variam independentemente através de uma área (...) Desde que não implica inter-relações de áreas, uma divisão do mundo em regiões desse tipo não passará de uma classificação de lugares, cada qual considerado independentemente dos outros (...) Sem dúvida, quando todos os lugares houverem sido classificados e as classificações assinaladas num mapa, emergirá uma configuração de áreas distintas. Mas a extensão e a forma de cada área dependerá dos critérios limitadores que o pesquisador houver escolhido (HARTSHORNE, 1978: 117).*

### **Penetrando em um mar de relações: Santos, Lipietz e Kayser**

Para SANTOS, estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição:

*Se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos (...) A região torna-se uma importante categoria de análise, importante para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas do planeta ou dentro de um país, associando a nova dinâmica às condições preexistentes (SANTOS, 1994: 46-47).*

Já LIPIETZ acha que só poderá haver um certo tipo de "regiões que ganham" (ou de preferência uma certa maneira de ganhar para uma região) no quadro de um certo tipo de Estado nacional (ou confederal) e esses Estados só ganharão na competição econômica internacional se souberem suscitar este tipo de "regiões que ganham":

*E as regiões ou países que "perdem" serão condenados à marginalização, ou a uma subordinação cada vez mais estrutural (por exemplo via contratação), em relação às regiões que ganham (LIPIETZ, 1994: 18).*

Isto acontece porque, com a difusão dos transportes e das comunicações, cria-se a possibilidade da especialização produtiva. Regiões se especializam, não mais precisando produzir tudo para sua subsistência, pois, com os meios rápidos e eficientes de transporte, podem buscar em qualquer outro ponto do país e mesmo do Planeta, aquilo de que necessitam (SANTOS, 1994).

Vemos, portanto, que a organização espacial dos diferentes lugares já não se explica em si mesma, porque o centro de decisão das atividades desenvolvidas em determinado lugar situa-se muitas vezes a milhares de quilômetros dali. De acordo com isso, a definição de região "deve ir além da descrição dos padrões espaciais, procurando ver as relações dialéticas entre formas espaciais e processos históricos que modelam os grupos sociais" (LEITE, 1994: 26).

KAYSER procura definir os aspectos essenciais da realidade regional. Para o autor, "o caráter concreto e a relatividade histórica da região devem ser logo de início nitidamente afirmados" (KAYSER, 1980: 280). Uma região se define pelos laços existentes entre seus habitantes, sempre se organiza em torno de um centro e só existe como parte integrante de um conjunto:

*Uma região é, sobre a terra, um espaço preciso, mas não é imutável, inscrito em um quadro natural determinado, e que responde a três características essenciais: os laços existentes entre seus habitantes, sua organização em torno de um centro dotado de certa autonomia, e sua integração funcional em uma economia global. Ela é resultado de uma associação de fatores ativos e passivos de intensidades variáveis, cuja dinâmica própria está na origem dos equilíbrios internos e da projeção espacial (KAYSER, 1980: 282).*

Sempre que o processo produtivo do momento impõe técnicas de trabalho estranhas à região onde vão ser utilizadas, inicia-se a desestruturação de sua organização, que tem nas migrações o seu mais importante reflexo (LEITE, 1994):

*As regiões são organismos vivos e complexos. Nasce, isto é, tomam corpo e se cristalizam - desenvolvem-se, isto é, se estruturam de uma maneira cada vez mais firme, ganham coesão. Também podem morrer bruscamente, devido à intervenção de um agente exterior, ou por lenta desintegração. A geografia, porque examina as situações regionais, portanto as regiões num determinado momento de seu dinamismo, dá uma clara consciência desses mecanismos vitais. Mas ela não pretende estabelecer categorias definidas, leis abstratas ou fórmulas rígidas para*

*encerrar essa realidade em movimento; ela se baseia sobre o conhecimento de situações análogas, de um lado, e sobre a apreensão do conjunto de fatores, de outro lado, para diagnosticar o estágio da evolução (KAYSER, 1980: 283).*

### **Espaço Absoluto versus Espaço Relativo**

Bernard KAYSER afirma que somente ao nível da região e no interior de uma entidade nacional ou de um agrupamento de países, é que se pode, de maneira válida, analisar as disparidades geográficas:

*De um ponto a outro de uma pequena área, de uma casa a outra da aldeia, a diferença de situações é freqüentemente considerável, e provém de fatores diversos: naturais, históricos, psicológicos, sociais, culturais... De uma cidadezinha comercial, de um porto, de uma cidade industrial à área rural circunjacente, considerada globalmente, as diferenças são ainda mais acentuadas. Mas em ambos os casos trata-se de fenômenos locais, de desequilíbrios eventualmente remediáveis por uma organização econômica ou social. Em compensação, de um conjunto regional a outro, as disparidades, quando aparecem, são, para seu estudo e para a preparação de sua redução, do domínio da competência do geógrafo (KAYSER, 1980: 313).*

Note-se que não estamos mais aqui diante da noção de espaço absoluto, que tem suas origens no pensamento de KANT e que dele chegou a HUMBOLDT, HETTNER e HARTSHORNE, mas sim diante do conceito de região como espaço relativo, entendido a partir de relacionamentos entre objetos e que só existe porque os objetos existem e se relacionam mutuamente:

*No pensamento geográfico o conceito de espaço absoluto aparece associado, como indica Harvey, às idéias de área ou região e de unicidade, e assim associado à geografia regional proposta por Hartshorne (CORRÊA, 1993: 27).*

Ainda que se possa criticar o uso do conceito de espaço relativo pelos geógrafos, não há dúvidas de que o problema da localização aparece em qualquer sociedade, e, sobretudo na sociedade capitalista, como um problema fundamental, desde que a relação custo-benefício apresenta uma componente espacial, onde a localização deve ser pensada em termos de espaço relativo:

*o movimento de pessoas, bens, serviços e informações verifica-se em um espaço relativo porque custa dinheiro, tempo e energia para se vencer a fricção da distância (CORRÊA, 1993: 27).*

Uma região é, na verdade, o locus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado:

*Dentro de uma região, os capitais fixos são geografizados segundo uma lógica que é a do momento de sua criação. Isso tem um inegável papel*

*de inércia (...) Sua "velhice", em relação a novas formas técnicas, não é, obrigatoriamente, um fator de perda relativa de seu valor produtivo ou de sua capacidade de participar no processo de acumulação geral e dentro do ramo respectivo. É a incidência, sobre essas formas envelhecidas, das relações sociais, que lhes assegura um lugar na hierarquia dos papéis (...) A região se definiria, assim, como o resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença, nela, de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas e das condições do seu funcionamento econômico, dadas pela rede de relações (SANTOS, 1992: 67).*

Dentro da lógica atual, somente nessa perspectiva é que se pode falar de uma nova Geografia Regional. Ao contrário do que pensava VALLAUX, que não havia conexão possível entre a Geografia Geral e a Geografia Regional, as duas podem ajudar-se mutuamente, caso a primeira seja renovada, e a segunda subordinada ao conhecimento de contextos mais amplos:

*Porque se uma fornece a outra um inventário das possibilidades entrevistas no presente, de que vai ela servir-se como ponto de partida para suas investigações, recebe, por outro lado, através de estudos in concreto um novo subsídio, de qualquer forma, para as suas novas deduções. A geografia geral é um capítulo introdutório indispensável e de sua renovação depende a capacidade de afastarmos o risco de explicações deterministas (SANTOS, 1994: 109).*

### **A noção de região cultural**

Como a economia de um povo está intimamente interligada com os sistemas de valor, tradições e organização social, em suma, com a sua cultura, há talvez um mérito em dispor o mundo segundo as regiões culturais. Os gregos provavelmente pensaram nisso quando distinguiram a Europa da Ásia e África. Na geografia moderna ela ganhou força com a aplicação da cultura aos problemas geográficos:

*A pesquisa deve necessariamente restringir-se às investigações passo a passo de tópicos especiais, ou de áreas de proporções bastante limitadas, mas (...) podemos (...) empregar uma divisão provisória da Terra em amplas regiões culturais. Vários autores, na Europa e Estados Unidos, propuseram os seus esquemas individuais. Todos são semelhantes. Em essência, distinguem as seguintes regiões: ocidental, ou oeste; islâmica, ou África do Norte-Sudeste asiático; indiana, ou leste-asiática, ou oriental; Sudeste da Ásia; Meso-africana ou negro-africana. O grupo ocidental pode ser dividido ainda no berço europeu, terrestre, e em suas alas de além-mar da América inglesa e latina. África do Sul, Austrália e Nova Zelândia, e sua ala oriental, a União Soviética (BROEK, 1967: 78).*

Se a ênfase recai sobre os próprios traços ou complexos culturais e não sobre os grupos sociais, deve-se falar de uma geografia cultural, expressão que conquistou ampla aceitação nos Estados Unidos. Esse campo incluiria, por exemplo, a distribuição de religiões, línguas, técnicas, animais domésticos e plantas, tipos de casa e formas de aldeamento:

*A geografia cultural e a social confundem-se forçosamente. É difícil imaginar um traço cultural sem os povos que o possuem, difundem ou recebem. E não podemos imaginar a sociedade sem seus atributos culturais (BROEK, 1967: 39).*

O reconhecimento da importância dos “fatos culturais” introduz, para Richard HARTSHORNE, um elemento básico de confusão na análise geográfica dominada por um contraste teórico entre os fatores humanos e os fatores naturais:

*A análise científica, em geral, consiste em descrever a maneira pela qual um fenômeno particular se relaciona com outros determinados fenômenos, ou, em outras palavras, na busca dos fatores causais que produzem um efeito conhecido. A análise clara exige uma nítida separação entre os dois lados da proposição. Se nos for simultaneamente exigido separar os elementos humanos e os não humanos, a combinação dessas duas exigências força a presumir-se que tais elementos se correspondem, isto é, que os fatores humanos devem ser estudados como efeitos de causas naturais. Se, porém, for reconhecido que os “fatores culturais” desempenham um papel causal nesta relação, cumpre situá-los como “causativos” ao lado das “causas naturais”, e a formulação feita não mais separará os fatores humanos dos fatores não humanos (HARTSHORNE, 1978: 55).*

Estudar os fatores humanos como efeitos de causas naturais pode levar a equívocos e à busca de evidências empíricas para teorias formuladas a priori:

*A geografia proposta por Ratzel privilegiou o elemento humano, (...) valorizando questões referentes à história e ao espaço, como: a formação dos territórios, a difusão dos homens no Globo, a distribuição dos povos e das raças na superfície terrestre, o isolamento e suas conseqüências, além de estudos monográficos das áreas habitadas. Tudo tendo em vista o objeto central que seria o estudo das influências, que as condições naturais exercem sobre a evolução das sociedades (...) Os discípulos de Ratzel radicalizaram suas colocações, constituindo o que se denomina (...) doutrina do determinismo geográfico (MORAES, 1981: 57).*

Na verdade, os autores dessa corrente partiram da definição ratzeliana do objeto da reflexão geográfica e simplificaram-na. Seus representantes mais conhecidos foram SEMPLE e HUNTINGTON:

*A primeira, geógrafa americana, aluna de Ratzel, foi a responsável pela divulgação das teses deste nos EUA. Um exemplo das formulações de Semple, pode ser obtido na sua teoria, que relaciona a religião com o relevo: nas regiões planas, predominariam religiões monoteístas; nas regiões acidentadas, predominariam religiões politeístas. Huntington concebia um determinismo invertido, isto é, para ele, as condições naturais mais hostis seriam as que propiciariam o maior desenvolvimento. O autor defende a idéia de que os rigores do inverno explicariam, pelas necessidades impostas (abrigo, estocagem de comida), o desenvolvimento das sociedades européias (MORAES, 1981: 58).*

Em termos de método, a proposta de Vidal de LA BLACHE não rompeu com as formulações de RATZEL, foi antes um prosseguimento destas. Vidal era, porém, mais relativista, negando a idéia de causalidade e determinação de RATZEL:

*Na perspectiva vidalina, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana; daí o nome de Possibilismo dado a esta corrente por Lucien Febvre (MORAES, 1981: 68).*

Para Yves LACOSTE, a região-personagem, fruto do pensamento vidaliano e considerada a representação espacial fundamental da síntese harmoniosa e das heranças históricas, tornou-se um poderoso conceito-obstáculo que impediu a consideração de outras representações espaciais e o exame de suas relações:

*Os geógrafos, de algum modo, acabaram por naturalizar as idéias de região: não falam eles das regiões calcáreas, de regiões gramíticas, de regiões frias, de regiões florestais? Eles utilizam a noção de região, que é fundamentalmente política, para designar todas as espécies de conjuntos espaciais, quer sejam topográficos, geológicos, climáticos, botânicos, demográficos, econômicos ou culturais (LACOSTE, 1993: 65-66).*

O autor acha que a consagração pelos geógrafos da região-personalidade forneceu a garantia, a própria base, de todos os geografismos que proliferam no discurso político. Exemplos de geografismos: a Lorena luta, a Córsega se revolta, a Bretanha reivindica, o Norte produz. Evidentemente esses geografismos designam os homens que vivem nestas cidades ou regiões da França:

*Mas esses malabarismos de estilo não são assim tão inocentes como podem parecer à primeira vista, pois eles permitem escamotear as diferenças e as contradições entre os diversos grupos sociais que se encontram nesses lugares ou sobre esses territórios. É a razão pela qual esses geografismos são tão utilizados nos discursos patrióticos, quer se trate do Estado-nação ou da região, que alguns consideram*

como mininações ou como nações em potencial (LACOSTE, 1993: 65).

Os seres humanos, individualmente ou em grupos, tendem a perceber o mundo com o "self", como o centro. O egocentrismo e o etnocentrismo parecem ser traços humanos universais, embora suas intensidades variem grandemente entre os indivíduos e os grupos sociais:

*Os egípcios antigos, separados pelo deserto e pelo mar, dos seus pares na Mesopotâmia, estavam certos que eram superiores aos povos que encontraram além das bordas do vale do Nilo. Conscientes de sua própria sofisticação, acreditavam que seus vizinhos eram rústicos e leigos. Eles faziam a distinção entre "homens", de um lado e líbios, asiáticos ou africanos, de outro. Os egípcios eram "homens" e de certa maneira estava implícito que os estrangeiros não alcançavam a completa estatura humana. Nas épocas de tensão nacional, quando a ordem estabelecida havia sido destruída, uma queixa comum dos egípcios era de que os estrangeiros em todas as partes tinham se tornado pessoas (TUAN, 1980: 34-35).*

Ainda na obra de Vidal de LA BLACHE é possível observar o sutil argumento que, num mesmo discurso, critica o expansionismo germânico, avalizado pela obra de RATZEL, ao mesmo tempo em que resguarda uma legitimação da ação colonial francesa:

*As fronteiras européias definiriam domínios de civilização, solidamente firmados por séculos de história. Assim, qualquer tentativa de não respeitá-las significaria uma agressão, na medida em que estes limites seriam fruto de um longo processo de civilização. Note-se que a ação imperial francesa não se concentrava na Europa; era principalmente um expansionismo colonial, que tinha por espaço a Ásia e a África (...) estes dois últimos continentes abrigariam sociedades estagnadas, imersas no localismo, "comunidades vegetando lado a lado", sem perspectivas de desenvolvimento. Aqui, o contato seria necessário para romper este equilíbrio primitivo. Ao definir o progresso como fruto de relações entre sociedades com gêneros de vida diferentes, num processo enriquecedor, Vidal de La Blache abriu a possibilidade de falar da "missão civilizadora do europeu na África". E, assim, legitimar a ação colonialista francesa. Dessa forma, uma legitimação indireta, onde o tema da expansão e do domínio territorial (assim como os demais assuntos diretamente políticos) não são sequer mencionados (MORAES: 1981: 70-71).*

Yi-fu TUAN acha que a ilusão de superioridade e centralidade provavelmente é necessária para a manutenção da cultura:

*Quando a crua realidade despedaça essa ilusão, é possível que a própria cultura decline. No mundo moderno das comunicações rápidas é difícil para as pequenas comunidades acreditarem que estejam, em qualquer sentido literal, no centro das coisas, embora algo desta fé seja necessário*

*se elas desejam prosperar (...). Pode não nos parecer estranho que a China, por um longo tempo, se considerasse como o Império Central, nem que a Grã-Bretanha no século dezenove e atualmente os Estados Unidos, se vejam como o centro do mundo. Entretanto, o fato é que esta perspectiva etnocêntrica prevalece entre a maioria, ou todos os povos, enquanto ficam isolados e não têm que enfrentar a existência de outros povos mais numerosos ou superiores a eles. Graças ao conhecimento atual, estamos certos em denominar o etnocentrismo uma ilusão, mas no passado, a experiência muitas vezes apoiou esta crença (TUAN, 1980: 36).*

A visão eurocêntrica é óbvia na idéia de "Europa". Na época das grandes navegações marítimas, os termos Europa e Ásia tornaram-se muito úteis. Os dois continentes eram separados pela grande península da África, que os marinheiros tinham que circunavegar. Mas "Europa" adquiriu uma vez mais significado político e cultural:

*Quase no fim do século dezessete, os povos do mundo ocidental sentiram a necessidade de um nome coletivo para designar a sua civilização. O termo tradicional "Cristandade Ocidental" pareceu inapropriado, após as Guerras de Religião. "Europa" serviu ao propósito. Servia a uma área que fora unificada por raízes comuns na história, raça, religião e língua. Europa tem substância; Ásia é simplesmente aquilo que não é Europa. Ela foi definida negativamente e sob a perspectiva européia: deste modo temos o Oriente Próximo, o Oriente Médio e o Extremo Oriente. A Ásia nunca foi uma entidade. Os seus povos diferem grandemente em tipo racial, língua, religião e cultura. Os árabes, os indianos, os chineses e os balineses não sabiam que eram todos asiáticos, até que os europeus lhes disseram. A Ásia era a sombra subjacente da consciência da Europa (TUAN, 1980: 48-49).*

Yi-fu TUAN observa ainda que há um artifício cartográfico moderno que é notoriamente etnocêntrico e que lembra os mapas circulares gregos centrados na Grécia e os mapas medievais traçados com Jerusalém em seu ponto central:

*O artifício mostra todo o mundo em uma projeção que está centralizada no sul da Grã-Bretanha ou noroeste da França. Um círculo é traçado para incluir a metade da área do globo. Este é o hemisfério continental. Inclui quase toda a massa continental da Eurásia, toda a África do Norte e o terço setentrional da América do Sul. Fora do círculo está o hemisfério oceânico. Com exceção dos planaltos gelados inabitáveis da Antártida e Groelândia, aproximadamente nove décimos da área das terras estão situados no hemisfério continental, onde se localiza 95% da população mundial. O mapa desfruta de certa popularidade na Grã-Bretanha, o que é compreensível (TUAN, 1980: 49).*

O surgimento de movimentos nacionalistas, disseminados pelo Globo,

é responsável por um processo de fragmentação evidente. O Estado moderno é muito grande, sua área muito heterogênea para infundir o tipo de afeição que surge da experiência e do conhecimento íntimo. A formação de blocos e a integração econômica mundial são contrabalançadas por forças contrárias, de origem sobretudo política e social, e de caráter predominantemente local, que podem ser identificadas preliminarmente, nas formas seguintes (VASCONCELOS, 1993: 48-50):

- a) *Criação de novos estados: em 1993, o número de estados independentes já alcançava 189, incluindo mini-estados, que seriam considerados inviáveis anteriormente, como as ilhas de Caribe e do Pacífico, tendo algumas características de "Paraísos Fiscais";*
- b) *Novos desmembramentos de estados: após a desagregação da União Soviética e da Iugoslávia, a Tchecoslováquia separa-se em duas repúblicas; a Eritreia separa-se da Etiópia após longa guerra;*
- c) *Novas tentativas separatistas: na Rússia, na Geórgia, na Etiópia e no Sri Lanka. Esses movimentos são baseados no crescimento do nacionalismo, no agravamento das questões étnicas ou nas especificidades religiosas, e vão juntar-se a movimentos separatistas mais antigos como o de Quebec (Canadá), dos flamengos/valões (Bélgica) e dos bascos (Espanha/França);*
- d) *Desagregação de estados nacionais: o estado central perde o controle do território para frações, tribos, grupos étnicos ou religiosos. Exemplos: Afeganistão, Líbano, Libéria, Somália;*
- e) *Povos sem estado: ciganos, palestinos, curdos;*
- f) *Ampliação dos movimentos integristas: islâmicos (como na Argélia); induístas (na Índia ocidental).*

O patriotismo significa amor pela pátria ou terra natal. Nos tempos antigos era estritamente um sentimento local. Os gregos não usavam patriotismo indiscriminadamente para todas as terras de língua grega, mas para pequenas áreas como Atenas, Esparta, Corinto e Esmirna. O patriotismo dos fenícios se reduzia a Tiro, Sidon ou Cartago; não à Fenícia em geral. A cidade despertava emoções profundas, especialmente quando era atacada. Quando os romanos procuraram punir os cartagineses pela desobediência, arrasando a sua cidade, os cidadãos de Cartago suplicaram aos seus conquistadores que poupassem a cidade física, suas pedras e templos, que não tinham nenhuma culpa e em lugar disso, se necessário, exterminassem toda a população (TUAN, 1980).

Talvez esteja aqui o significado mais profundo do que se convencionou chamar "região cultural". O homem moderno conquistou a distância, mas não o tempo. Durante a sua vida, o homem agora - como no passado - somente pode estabelecer raízes profundas em uma pequena parte do mundo (TUAN, 1980).

## Região e Lugar

De acordo com Edward RELPH, não há limites precisos a serem traçados entre espaço, paisagem e lugar, como fenômenos experienciados, nem a relação entre eles é constante: lugares têm paisagens, e paisagens e espaços têm lugares. O autor considera o "lugar" como sendo talvez o mais fundamental dos três, pois focaliza a "paisagem" e o "espaço" em torno das intenções e experiências humanas. Os lugares clamam nossas afeições e obrigações, conhecemos o mundo através dos lugares nos quais vivemos. Lugares são existenciais e uma fonte de auto-conhecimento e responsabilidade social (RELPH, 1979).

O mesmo autor admite a dificuldade de tecer generalizações a respeito dos modos pelos quais as pessoas se relacionam com o lugar ou os lugares. Para RELPH, os lugares que conhecemos e gostamos são todos lugares únicos e suas particularidades são determinadas por suas paisagens e espaços individuais e por nossos cuidados e responsabilidade, ou ainda pelo nosso desgosto, por eles:

*Se conhecemos lugares com afeição profunda e genealógica, ou como pontos de parada numa passagem através do mundo, eles são colocados à parte porque significam algo para nós e são os centros a partir dos quais olhamos, metaforicamente pelo menos, através dos espaços e para as paisagens. E se nos encontramos aprisionados pelas circunstâncias ou ambientes de nossa própria escolha, estamos sempre dentro dum lugar que é colorido por nossas intenções e experiências, que também as modificam (RELPH, 1979: 18).*

TUAN afirma que o "lugar" pode ser definido de diversas maneiras. Por exemplo, como qualquer objeto estável que capta nossa atenção. Quando olhamos uma cena panorâmica, nossos olhos se detêm em pontos de interesse, podemos deliberadamente procurar um referencial, ou um aspecto no horizonte pode ser tão notável que chama nossa atenção. Entretanto, muitos lugares, altamente significantes para certos indivíduos e grupos, têm pouca notoriedade visual. São conhecidos emocionalmente, e não através do olho crítico ou da mente (TUAN, 1983).

Para TUAN, seria impossível discutir o espaço experiencial sem introduzir os objetos e os lugares que definem o espaço. Nessa direção, o autor afirma que a "distância" é um conceito espacial inexpressivo separado da idéia de objetivo ou lugar. Todavia, é possível descrever o lugar sem a utilização explícita de conceitos espaciais:

*"Aqui" não envolve necessariamente "lá" (...) Movemo-nos das experiências diretas e íntimas para aquelas que envolvem cada vez mais apreensão simbólica e conceitual. As experiências íntimas jazem enterradas no mais profundo do nosso ser, de modo que não apenas carecemos de palavras para dar-lhes forma, mas freqüentemente não estamos sequer consciente delas (TUAN, 1983: 151).*

Eric DARDEL acha que, para o ser humano, a realidade se mostra primeiramente através do lugar em que se está, os lugares de infância, o ambiente que lhe chama à sua presença:

*Antes de mais nada, há esse "lugar" que não escolhemos, onde as bases de nossa existência mundana e da nossa condição humana se estabelecem. Nós podemos trocar de lugares, mudar, mas isso é ainda a procura de um lugar; precisamos de uma base para estabelecer nossa existência e realizar nossas possibilidades, um aqui a partir do qual descobrir o mundo, um acolá para o qual ir (DARDEL, 1952, in: RELPH, 1979: 16).*

As diversas experiências de espaços podem relacionar-se de um modo particular no "lugar". Visto assim, o lugar pode ser identificado a partir de três componentes que se interrelacionam: traços físicos, atividades e funções observáveis, bem como os significados ou símbolos. São estes componentes que dão autenticidade aos lugares. Estudar a autenticidade dos lugares significa examinar um fenômeno específico do mundo vivido, elucidando a diversidade e intensidade de nossas experiências de lugar (RELPH, 1976, in: HOLZER, 1996).

É fundamental entender também que o lugar existe em escalas<sup>2</sup> diferentes, como nos lembra TUAN:

*Em um extremo, uma poltrona preferida é um lugar; em outro extremo, toda a terra. A pátria é um tipo importante de lugar em escala média. É uma região (cidade ou interior) grande o suficiente para garantir a subsistência de um povo (TUAN, 1983: 165).*

Vista como "lugar", a região adquire novos sentidos e significados: *Uma noção de região calcada na idéia de lugar tira esta palavra dos escritórios dos analistas e urbanistas e joga-a de volta à vida cotidiana. Dá a ela novamente a fluidez e a flexibilidade das coisas comuns, criadas e modificadas quase ao sabor do vento, naquelas conversas e divagações que ocorrem nos portões das casas e que vão reunindo sempre mais gente diante de uma discussão sem fim de onde começa e onde termina aquele bairro, ou qual a origem do nome do referido lugar. Uma vez dispersadas as pessoas, lá se vão as versões mais desconexas de um mesmo tema. A oralidade encarrega-se de manter o fio condutor num dinamismo do qual a ciência escrita não é capaz (OLIVEIRA JÚNIOR, 1996: 77).*

<sup>2</sup> O conceito de escala é um dos pilares da ciência geográfica. Mais do que um recurso matemático fundamental para a cartografia, a escala é um modo de aproximação do real, uma maneira de ver o mundo e de tornar visíveis os fenômenos sócio-espaciais. Quando a escala muda, mudam também os fenômenos e as perspectivas de análise do espaço. Para CASTRO, a escala "é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida, dando-lhe uma figuração, uma representação" (CASTRO, 1995: 136), que, em última instância, substitui o espaço real observado.

## Região e Identidade

Concorda-se aqui com a afirmação do geógrafo Rogério HAESBAERT de que os símbolos que compõem uma identidade social não são construções totalmente arbitrárias ou aleatórias, já que sempre mantêm determinados vínculos com a realidade concreta (HAESBAERT, 1997). Ao mesmo tempo que determina aspectos da vida em sociedade, o simbolismo está repleto de interstícios e de graus de liberdade (CASTORIADIS, 1982, in: HAESBAERT, 1997).

A questão das identidades regionais mantém-se insuficientemente explorada. No entanto, parece consensual que "identidades" constroem-se sempre a partir do reconhecimento de uma alteridade. Isso, no entanto, só pode acontecer onde há interação, transações, relações ou contatos entre grupos diferentes (BARTH, 1969, in: URIARTE, 2001).

Para o sociólogo Pierre BOURDIEU, o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto:

*As lutas a respeito da identidade étnica ou regional (...) são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 2000: 113).*

Particularmente interessantes são as colocações de BOURDIEU a respeito das fronteiras e limites espaciais:

*A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na "realidade" segundo os elementos, que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (...) Cada um está de acordo em notar que as "regiões" delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, tamanho da terra, etc.) nunca coincidem perfeitamente (...) a "realidade", nesse caso, é social e as classificações mais "naturais" apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, (...) de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta (BOURDIEU, 2000: 115).*

É, portanto, no sistema de relações com o que lhe é externo, ou seja, com a alteridade, que a territorialidade regional pode ser definida.

Ela está impregnada de laços de identidade, que tentam de alguma forma homogeneizar esse território, dotá-lo de uma área/superfície minimamente igualizante, seja por uma identidade territorial, seja por uma fronteira definidora de alteridade (HAESBAERT, 1997).

Importante também é a distinção entre “diferente” e “desigual”. Enquanto a desigualdade exige um parâmetro comum, classificatório, que permita uma comparação global, “em rede”, a diferença *stricto sensu* o é no sentido de alteridade, não havendo, a princípio, a possibilidade de hierarquização, já que se manifesta quando confrontada com outra identidade (HAESBAERT, 1997).

Para Denis COSGROVE, se a cultura é o centro dos objetivos de uma geografia que busca compreender o mundo vivido dos grupos humanos, uma geografia baseada na dialética marxista precisa reconhecer também que o mundo vivido, mesmo que simbolicamente constituído, tem expressão material, não devendo-se negar sua objetividade (COSGROVE, 1983).

*A cultura não é algo que funciona através dos seres humanos, pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações não reflexivas, rotineiras da vida cotidiana (...) o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder. Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto às vezes é chamado de hegemonia cultural. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político (...) mas também em termos de sexo, idade e etnicidade (COSGROVE, 1998: 101-105).*

Visto assim, o discurso regionalista é *performativo*, impondo como legítima uma nova definição das fronteiras e fazendo reconhecer a região assim delimitada contra a definição dominante – reconhecida e legítima – que a ignora:

*Mas o efeito de conhecimento que o fato da objetivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém; ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas e culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode aparecer a relação entre estas propriedades. O poder sobre o grupo que se*

*trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhes princípios de visão e divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade (BOURDIEU, 2000: 117).*

### À Guisa de Conclusão: E o Método Regional?

Concorda-se aqui com ROCHA (1999) que, antes de mais nada, a região a ser estudada deve apresentar fundamentalmente “*uma justificativa histórica*”, já que é a partir das “*condições históricas de produção deste dado espaço que o delineamento se consubstancia*” (ROCHA, 1999: 63). Acrescente-se que a região não é apenas o espaço, mas também o tempo, a história (BOIS, 1960, in: BOURDIEU, 2000).

ROCHA nos lembra ainda que, normalmente, o espaço regional apresenta como unidade quantificável o município e é “*dele que podemos, a partir de variáveis compiladas pelos censos ou outras pesquisas institucionais, comparar situações e estabelecer algumas relações, aqui utilizando uma técnica quantitativa*” (ROCHA: 1999: 64). Mas, aplicar o “*método regional*”, pensando a região como “*lugar*”, é muito mais que agrupar dados quantitativos de diferentes municípios em busca de uma unidade (ou identidade) regional pressuposta pelo pesquisador. O método regional deve buscar a região em cada lugar, em cada cidade, em cada bairro:

*O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstrução desse todo (SANTOS, 1992: 5).*

A reconstrução do todo, como propõe SANTOS, pressupõe o abandono das velhas dicotomias (Geografia Humana versus Geografia Física, técnicas qualitativas versus técnicas quantitativas, fenomenologia versus dialética marxista) e, no caso específico da aplicação do método regional, a busca não só das semelhanças, mas também das diferenças entre os lugares que compõem uma mesma região. É preciso sobretudo pensar a região como algo dinâmico e mutável, reflexo e produto da ação dos seres humanos, como espaço vivido e, por isso mesmo, “*representável*”, algo passível de “*apropriação*”<sup>3</sup>

A aplicação do método regional deve, portanto, tentar construir, a

<sup>3</sup> De acordo com o conceito de *apropriação*, tal como definido pelo sociólogo e filósofo francês Henri LÉFEBVRE, um processo efetivo de territorialização deve reunir, ao mesmo tempo, uma dimensão concreta, de caráter predominantemente funcional, e uma dimensão simbólica e afetiva: “*A dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar*” (citado por HAESBAERT, 1997).

partir das representações dos diferentes grupos e indivíduos “produtores do espaço”, uma representação coletiva para a região pesquisada, a partir da identificação das redes de relações sociais<sup>4</sup>, agrupando-se as representações em níveis diferenciados até se chegar a uma representação coletiva “síntese” da região.

A vida regional, segundo Bernard KAYSER, tende a nascer e a tomar corpo em um espaço cada vez mais amplo do nosso Globo. Por outro lado, os quadros e as dimensões das regiões constituídas modificam-se continuamente, em virtude da ação combinada de processos dinâmicos e de forças de inércia: as transformações de ordem técnica e econômica de um lado, e as pressões humanas e as resistências de outro (KAYSER, 1980). A região estaria, de acordo com essa ótica, em perpétua evolução<sup>5</sup>.

Daí a relevância de uma avaliação profunda e consistente da historicidade das regiões. Para SOUZA (1989), buscar essa historicidade equivale a procurar aqueles traços comuns, que a despeito das transformações ao longo do tempo e das diferenças interespaiais, permitem que enxerguemos uma certa unidade na diversidade, garantida pela permanência de alguns aspectos ao longo da evolução das cidades, bairros e regiões.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BROEK, J.O.M. Iniciação ao estudo da Geografia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- BRUHNES, J. *La Géographie Humaine*. 3ª Édition. Paris : Librairie Félix Alcan, 1925.
- CASTRO, I. E. O Problema da Escala. In : Castro, I. E., Gomes, P. C. C. & Corrêa, R. L. (orgs.) *Geografia : Conceitos e Temas*, p. 116-140. Rio de Janeiro : Editora Bertrand Brasil, 1995.
- CORRÊA, R.L. O espaço geográfico: algumas considerações. In: Santos, M. (org.) *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. 3ª edição, p. 25-34. São Paulo: Editora HUCITEC.
- COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas paisagens Humanas. In: Côrrea, R. L. & Rosendahl, Z. (orgs.) *Paisagem, Tempo e Cultura*, p. 93-122. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

<sup>4</sup> É no nível local, onde os fragmentos das redes ganham uma dimensão única e socialmente concreta, ensina o Professor Milton Santos (SANTOS, 1996): Aos tempos rápidos das redes tecnológicas se contrapõem os tempos lentos das populações urbanas segregadas, articuladas em redes sociais cotidianas que refletem as diferentes relações de vizinhança, de parentesco, de amizade e solidariedade.

<sup>5</sup> A região é uma criação humana. Não é de surpreender, pois, que o homem desempenhe um papel determinante na sua evolução. Por sua ação e sua vontade social, o homem age sobre a região como produtor, transportador, distribuidor, organizador etc. Coletivamente, por sua simples presença como habitante da região (KAYSER, 1980).

- COSGROVE, D. Towards a critical cultural geography: problems of theory. *Antipode*. 15 910: 1-11, 1983.
- HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade*. Niterói: EDUFF, 1997.
- HARTSHORNE, R. *Propósitos e Natureza da Geografia*. 2ª edição. São Paulo. São Paulo: Editora HUCITEC/EDUSP, 1978.
- HOLZER, W. A Geografia Humanista: Uma Revisão. In: *Espaço e Cultura*, N. 3, p. 8-19. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1996.
- KAYSER, B. A região como objeto de estudo da geografia. In: George, P., Kayser, B., Guglielmo, R. & Lacoste, Y. *A Geografia Ativa*. 5ª edição, p. 279-321. São Paulo/Rio de Janeiro: Difusão Editorial S.A., 1980.
- LA BLACHE, P.V. *Principes de Géographie Humaine*. 4ª Édition. Paris: Librairie Armand Colin, 1948.
- LACOSTE, Y. *A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 3ª edição. Campinas: Papyrus, 1993.
- LEITE, M. A. F.P. *Destruição ou Desconstrução?* São Paulo: Editora HUCITEC/FAPESP, 1994.
- LIPIETZ, A. O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade?. In: *Espaço & Debates*, N° 38, “Nova Dimensão Regional”, p. 10-20. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1994.
- MORAES, A. C. R. *Geografia: Pequena História Crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- OLIVEIRA JUNIOR, W. M. Muitas Almas para a Cidade. In: *Caderno CEDES*, N. 39, 1ª Edição, p. 73-87. Campinas: Papyrus, 1996.
- RATZEL, F. *Politische Geographie*. Neudruck der dritten Auflage von 1923 durgesehen und ergänzt von Eugen Oberhummer. Osnabrück: Ottozeller Verlag, 1974.
- RELPH, E. As bases fenomenológicas da geografia. In: *Geografia*, Vol. 4, N. 7, p. 1-25. Rio Claro: UNESP, abril de 1979.
- ROCHA, M. M. Formas e Estratégias para o Desenvolvimento da Pesquisa Regional em Geografia. In: *GEOUSP – Revista da Pós-Graduação em Geografia*, N. 5, p. 61-66. São Paulo: FFLCH/Departamento de Geografia/USP, 1999.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 3ª edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.
- SANTOS, M. *Espaço e Método*. 3ª Edição. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1992.
- SOUZA, M. J. L. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. *Revista Brasileira de Geografia*, 51 (2), p. 140-172. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.
- TUAN, Y.F. *Espaço e Lugar*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- TUAN, Y. F. *Topofilia*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difusão Editorial S.A., 1980.
- URIARTE, U. M. *Espaço, Cultura e Identidade na Perspectiva da Antropologia Urbana*. Mimeo. Salvador, 2001.
- VASCONCELOS, P.A. A Nova (Des)ordem Mundial. In: *Caderno de Geociências*, N. 4, p. 39-54. Salvador: Instituto de Geociências (UFBA), 1993.

## Mundialização Soteropolitana: Turismo, Carnaval e Venda da Cidade

Clímaco Dias\*

Orientadora: Maria Auxiliadora da Silva\*\*

Associar a globalização ao turismo é uma exigência para que se entenda, dentro de uma perspectiva espaço-temporal, o tipo de carnaval que se realiza nos dias de hoje em Salvador. As grandes modificações ocorridas recentemente nessa festa não podem ser alcançadas sem o debruçar-se sobre os poderosos feixes de fluxos (Castells 1999) que agem sobre o espaço, a exemplo da grande afluência de turistas, a partir da década de 90, na cidade de Salvador, da ação da globalização na transformação de símbolos culturais em mercadoria em todo mundo e do papel do Estado configurando e reconfigurando tempo e espaço. O turismo atual está indelevelmente imbricado ao processo de globalização, e o carnaval de Salvador, desde o início da supracitada década, dirige-se prioritariamente aos turistas, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

A globalização econômica, o papel desempenhado pela industrialização, os novos significados do urbano e a apreensão de culturas locais pela indústria cultural trazem um novo sentido para a atividade turística, o que faz com que ela se estabeleça como uma atividade econômica impossível de ser imaginada há algumas décadas atrás. Nunca tanta gente se deslocou entre regiões e países como agora. As receitas da atividade turística no mundo deram um salto espetacular a partir da década de 80, chegando até o momento atual, fato que pode ser associado ao processo de globalização econômica.

De acordo com a OMT, no ano de 1975, as receitas mundiais com o turismo ficaram em 40,7 bilhões de dólares, enquanto que, em 1999, essas receitas alcançavam 455,5 bilhões de dólares, ou seja, uma receita

---

\*Mestrando em Geografia, Instituto de Geociências - UFBA. Pesquisador do CEEC/UNEB

\*\*Professora do Mestrado em Geografia, Instituto de Geociências - UFBA

dez vezes superior, o que denota a crescente importância que esse segmento vem assumindo na economia mundial. O crescente aumento de receitas, por sua vez, demonstra uma crescente sofisticação do consumo turístico, pois o número de turistas, nesse mesmo período, apenas triplicou. Nunca locais, regiões e países foram tão influenciados em todas as dimensões dos seus processos sociais como no atual estágio do turismo, como observa Carlos (1999:26):

*“A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o “espetáculo” para uma multidão amorfa mediante a criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão, e, desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. Aqui o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a própria alienação e a dos outros”.*

Essa azeitada máquina de fazer dinheiro, principalmente ao norte do equador, seduz governantes e estudiosos, a ponto de discursos serem orientados de forma a se enfatizar o turismo como a alternativa para muitos locais, incluindo-se aí a cidade de Salvador. Assevera-se o seu poder multiplicador de empregos e o seu papel distributivo de renda, sem se atentar, ou não se querendo atentar, para o fato de que a atividade turística, como qualquer outra atividade econômica, por si só, não consegue ser distributiva de renda, se as demais atividades forem concentradoras, como é o caso do Brasil.

Na apresentação do programa de governo intitulado “Bahia Reconstrução e Integração Dinâmica”, o então governador Antônio Carlos Magalhães assim se expressava:

*“Estou certo de que, apesar dos equívocos dos últimos anos, a Bahia será cada vez mais próspera e contribuirá com a sua indústria dinâmica, sua agricultura que se moderniza, seu potencial turístico e a força da cultura do seu povo para que o país retome o caminho do progresso.”*

A partir deste ponto, pode-se fazer a ligação dessa fase do turismo com o processo de liberalização da economia brasileira iniciado no governo Collor. O discurso feito pelo governador da Bahia daquela época era, na verdade, um eco das vozes liberalizantes comprometidas com o processo de globalização da economia mundial. Nesse contexto, turismo e cultura passam a ser os produtos principais para a inserção de Salvador na economia globalizada, sendo o carnaval o principal produto de venda da imagem da Bahia.

Esse processo, no entanto, não deve ser encarado apenas como consequência da ascensão de um governo de direita, pois grande parte

dos fundamentos teóricos do grupo que, naquele momento, se instalava no poder foram apropriados de segmentos sociais-democratas, não só na Bahia, mas em outros lugares do mundo, como, por exemplo, na França de Mitterrand, pois “como dizia Jack Lang, ex-ministro francês dos *Affaires Culturelles*: ‘a cultura é o nosso petróleo’”. (Arantes, 1998:152)

Outra questão-chave para o entendimento desse processo é a revisão do pensamento de alguns teóricos sobre as cidades, o que também teve uma influência decisiva nos caminhos seguidos tanto pela iniciativa pública como pela iniciativa privada em Salvador, sobretudo em relação ao debate em torno da concepção das Cidades Estratégicas e, mais tarde, do Plano Estratégico de Cidades.

A cidade do empreendimento de Peter Hall, em que o autor analisa o desenvolvimento e a decadência das cidades americanas e inglesas, motivada sobretudo por uma modificação no processo de acumulação capitalista, é emblemática para se entender as origens da “venda das cidades”, e a conseqüente mercantilização cultural. A década de setenta apresenta, nas grandes metrópoles, imensas áreas degradadas, que atestam as crises que atravessam as cidades. Era preciso encontrar uma saída, que não podia se fixar no Estado do Bem Estar Social, pois os ventos mundiais liberalizantes já não permitiam tal pretensão, e o “velho” planejamento não poderia, tampouco, ser tábua de salvação, por estar circunscrito a uma matriz Keynesiana e Fordista que estava sendo superada naquele momento.

Os enfoques nos problemas da cidade deixam de lado questões como a explosão demográfica, para se aterem à desindustrialização crescente e derrelição de expressivas áreas no conjunto urbano. Quanto a esse ponto, Hall (1995) é esclarecedor quando destaca um trecho de uma palestra por ele proferida, em 1977, no congresso do Royal Town Planning Institute realizado em Chester:

*(...) o melhor pode ser inimigo do bom. Se realmente quisermos socorrer as áreas intra-urbanas e as cidades em geral, talvez tenhamos que usar remédios altamente heterodoxos... possivelmente um remédio extremo, a que eu daria o nome de solução Porto Livre. Áreas intra-urbanas, pequenas e seletas, seriam simplesmente abertas a todo tipo de empreendimento, com um mínimo de controle. Em outras palavras, nosso objetivo seria recriar a Hong Kong dos anos 50 e 60 dentro da Liverpool ou da Glasgow intra-urbanas. (p. 421)*

Os remédios “altamente heterodoxos”, na verdade, visavam a permitir que a cidade fosse ao encontro dos investimentos capitalistas sem fazer a regulação que a antiga forma de planejamento fazia. Esse posicionamento foi decisivo na organização de um “consenso” que será

comentado posteriormente. Talvez algumas perguntas pudessem ser colocadas a propósito desse acordo. Como alguém ou algum grupo pode ser contra os investimentos em cidades que tiveram uma queda acelerada de empregos? Como se pode ser contra a gentrificação de áreas urbanas degradadas? O próprio Peter Hall as responde quando qualifica os seus críticos, Soja, Morales e Wolff, de "radicais de esquerda".<sup>1</sup> Se Hall tivesse tido contato com o pensamento de Otilia Arantes, talvez a incluísse na sua lista de radicais de esquerda, pois ela faz uma crítica contundente às suas posições em Arantes et al. (2000).

*"A naturalidade com que alguns teóricos ou urbanistas encaram o arrastão empresarial provocado pelo triunfo incontestável do mercado faz com que o fenômeno transpareça, sem disfarces, nos próprios textos desses autores. É o caso de Peter Hall, cuja percepção desabusada nos interessa em mais de um ponto... (p. 20)."*

A crítica de Otilia Arantes classifica como eufemismo palavras caras ao jargão desses teóricos, como, por exemplo, a parceria criativa, e reforça a posição de que a cultura passara a ser o cimento da aliança de classes e interesses que colocava em movimento a máquina urbana de crescimento.

Jordi Borja, um dos principais teóricos desse tema, oferece, no artigo "As Cidades e o Planejamento Estratégico: Uma Reflexão Européia e Latino-Americana", uma síntese dessas proposições, colocando como diagnóstico o fato de o século XX ter sido das cidades e o XXI ser urbano, destacando o papel político que vem sendo assumido pelas cidades em todo mundo. Mas o marco colocado como fundamental é também a reação das cidades americanas às políticas neoliberais implantadas por Reagan e Bush. Fixando este pensamento em Borja (1996):

*"O neoliberalismo exacerbado das gestões Reagan e Bush não só suprimiu brutalmente grande parte dos serviços sociais que atendiam às necessidades mínimas de um terço das populações urbanas, mas favoreceu a desindustrialização e o desemprego nas cidades, bem como a queda nas receitas do governo locais. Entretanto algumas cidades reagiram e empreenderam ambiciosos projetos estratégicos, combinando objetivos de crescimento econômico e desenvolvimento urbano... (p. 81)"*

Na seqüência, Borja refere-se a algumas cidades européias<sup>2</sup>,

<sup>1</sup> Peter Hall apresenta, no seu livro *Cidades do Amanhã*, uma espécie de relatório contendo um expressivo número de estados americanos que fazem leis criando mais de 1400 zonas de empreendimento locais em 680 localidades. O autor deixa claro que os seus resultados foram inapelavelmente condenados por analistas urbanos radicais de esquerda.

<sup>2</sup> Berlim, Budapeste, Praga e Varsóvia. Termos de referencial acadêmico.

principalmente às do leste europeu, como paradigmáticas desse processo. Cita algumas cidades latino-americanas como México, Bogotá e Buenos Aires, e, finalmente, chega a Barcelona, seu lugar de origem, e explica o papel decisivo que tiveram os jogos olímpicos na reação Catalã. Importante destacar a explicação encontrada pelo autor para os "fracassos" dos projetos estratégicos de algumas cidades como Milão, Turim, Tognoli e Novelli: a simples ausência de uma liderança personalizada.

Em resumo, podem-se elencar os requisitos colocados por Borja para o sucesso do projeto estratégico de cidades: reconhecimento generalizado da crise provocada pela globalização e unificação dos diagnósticos dos vários segmentos; liderança personalizada e carismática; vontade dos cidadãos de promover uma reação.

Na verdade, a proposição de Borja, embora em alguns momentos possa parecer contraditória em relação ao neoliberalismo, vai ao seu encontro ao estimular a competição entre cidades, o que é uma evidência muito explícita da aceitação dos processos de globalização como algo irreversível.

Essa primeira associação do pensamento de Borja com as proposições liberalizantes visa, antes de tudo, a construir uma passagem para ligá-lo a algumas correntes do pensamento local, a exemplo de Fischer (1996), principalmente quando esta afirma que:

*"Nessa perspectiva, o plano estratégico de Barcelona é exemplar. Experiência iniciada por volta de 1988, teve por referência o plano estratégico de São Francisco, do início dos anos 80, o qual, por sua vez inspirou-se no modelo implementado em empresas privadas na década de 70. O que importa aqui não é a análise exaustiva desse modelo de plano de mercado teor funcionalista em seu início – não por acaso recriado como projeto estratégico pela própria Barcelona e replicado em cidades latino-americanas, como Bogotá, Rio de Janeiro e Salvador. (p. 16)"*

Essas afirmativas são esclarecedoras para que se compreendam as bases do consenso, tão caro ao plano estratégico de cidades, e que se estabelece em Salvador a partir do reconhecimento, tanto do governo como de alguns setores progressistas, de que existia uma crise que atingia a todos, independentemente de classe social, etnia ou gênero. Nesse caso, o turismo, associado à mercantilização da cultura, seria, como de fato se confirmou, a costura da unificação requerida pelo Plano Estratégico de Cidades.

Tais setores do pensamento acadêmico, embora não tivessem abdicado da crítica da intervenção estatal (pois, em muitos momentos da sua intervenção, a crítica se faz presente), expressam, de forma clara, a renúncia à crítica ao sistema capitalista e/ou ao processo de globalização

econômica. E, na medida em que se formula uma crítica “por dentro” do sistema, favorece-se a sua naturalização, e se constroem os consensos necessários à implantação da massificação do turismo. O espaço é transformado em mercadoria, segregando e excluindo a maior parte da população desse projeto, ainda que no discurso esteja contido “o poder distributivo de renda e multiplicador de empregos” da atividade turística e do carnaval. Esse argumento busca desmontar de antemão a capacidade de articulação de um discurso crítico, que coloque qualquer alternativa ao sistema. O máximo que se poderia alcançar seria a possibilidade de apontar elementos de gestão de alguns conflitos resultantes desta mercantilização cultural.

Acerca dessa questão, Vainer (2000) enfatiza o caráter de competição entre as cidades, embutido no Plano Estratégico de Cidades, e identifica que, no passado, o debate sobre a questão urbana incluía, na agenda, pontos como crescimento desordenado, força de trabalho, equipamentos coletivos e uso do solo, enquanto que “a nova questão urbana” teria como questão central a competitividade urbana. E essa competitividade entre cidades, ou, como prefere Milton Santos (2001), referindo-se às ofertas de incentivos fiscais às empresas, “**guerra de lugares**”, desenrola-se e é estimulada por uma administração municipal de esquerda, tendo no comando a prefeita Lídice da Mata. Observe-se um fragmento de um comunicado da assessoria de imprensa da Prefeita, contido nos arquivos da Emtursa, no Relatório do carnaval de 1993:

*Argumenta Emília Silva, Diretora-Presidente da Emtursa: “Apesar da campanha detonada pelo Rio de Janeiro contra o carnaval da Bahia, “os turistas e os próprios cariocas, não param de chegar a Salvador...” segundo ela, até a campanha contra a cidade serviu para incentivar o turismo ao invés de abalá-lo. “Todos agora querem ver que carnaval é esse que mexeu com o do Rio... e é natural que o país entediado com a festa teatral da Marquês de Sapucaí, volte os olhos para a alegria e participação nas ruas de Salvador”, concluiu. (s/p)”*

David Harvey observa, a partir de sua pesquisa sobre as cidades americanas, uma situação ocorrida em relação ao governo urbano, que passa de uma condição de gerenciamento para empresariamento, sendo essa passagem condicionada e orientada pela competição que as cidades, desde então, passariam a travar com o advento da globalização econômica. Nessa direção, pode-se argumentar que as transformações ocorridas em Salvador, a partir do início da década de 1990, podem ser cotejadas com as afirmativas de Harvey (1996):

*“De fato, a redução nas barreiras espaciais acirrou a competição entre localidades, estados e regiões urbanas. Dessa maneira a administração urbana orientou-se mais no*

*sentido de prover um “bom clima de negócios” e oferecer todos os tipos de atrativos para trazer capitais para a cidade. É claro que a ampliação do empresariamento (...) precisamente porque a busca de novos capitais de investimento confina a inovação a limites muito estreitos, construídos em volta de um pacote favorável para o desenvolvimento capitalista e tudo que ele acarreta (p.57).”*

As intervenções no Pelourinho, iniciadas em 1992, enquadram-se no que atualmente é nomeada por alguns segmentos de estudiosos do urbanismo de requalificação, ou gentrificação, palavra essa derivada da americana *gentrification*, que significa tornar “nobre” um determinado espaço abandonado por perda de dinamismo econômico, produzindo as deseconomias de aglomeração ou as deseconomias da urbanização.

O Pelourinho depois da reforma passa a ser um dos ícones mais caros de uma suposta baianidade, sendo, junto com o carnaval, um dos principais produtos de “venda da imagem da cidade”. A gentrificação soteropolitana, no entanto, não teve a máscara das intervenções ocorridas em outras partes do mundo. Ela foi realizada a partir de um processo generalizado de expulsão da população que ali habitava, com a utilização de todos os meios possíveis de coação e violência, e a resposta social, no geral, foi de apatia, complacência ou adesão, a depender do segmento.

O pensamento acadêmico local – embora tivesse um traço marcadamente de omissão ou de adesão – expressou o caráter excludente e elitista da reforma ali realizada, através de alguns trabalhos que podem ser classificados como exceção, como os de Magnavita (1995), Fernandes e Gomes (1993),.

O Pelourinho, na verdade, foi transformado em um grande palco do espetáculo – não da baianidade, como querem alguns –, contando, na maioria das vezes, com o decisivo patrocínio do Estado. Ao mesmo tempo em que existem manifestações ligadas principalmente à produção musical local e vínculos com blocos e afoxés carnavalescos, lá é também espaço para festas que não guardam ligação alguma com o passado do lugar, nem com a sua população remanescente.

Atualmente, o acontecer do Pelourinho e toda sua programação tem um caráter impositivo do planejamento do governo urbano, que, junto com alguns grupos capitalistas privados, produzem o espaço de forma que esse se adequa aos seus interesses, cujo motor é o consumo do espaço como mercadoria. Isso, naturalmente, resulta em alienações que Santos (2000), principalmente quando analisa o resultado dos feixes de fluxos mundiais sobre o espaço local, nomeia de “esquizofrenia do espaço”. Acrescente-se também que, na medida em que as relações sociais que se processam no espaço são hegemônicas pelos fluxos globais, abrem-se portas para a produção de simulacros, o que talvez a análise de Guy Debord

sobre o mundo do espetáculo e sua conexão com o mundo da mercadoria explicita melhor:

*O mundo presente e ausente que o espetáculo faz ver é o mundo da mercadoria dominando tudo o que é vivido. E o mundo da mercadoria é assim mostrado como ele é, pois seu movimento é idêntico ao afastamento dos homens entre si e em relação a tudo que produzem (Debord, 1998:28)*

Todavia, a tônica de parte da produção acadêmica sobre a gentrificação do Pelourinho foi da louvação acrítica à louvação mais tímida, como a encontrada no trabalho intitulado “Centro Histórico de Salvador: A Gestão em Parceria de Novos Tempos e Novos Espaços”, de autoria de Tânia Fischer, Florence Heber, Suzana Moura, Ângela Teixeira e Maria de Lourdes Siqueira<sup>3</sup>. Nesse artigo, como está visto, assinado por cinco mãos, apesar de se reconhecer em alguns trechos os conflitos decorrentes da reforma do Pelourinho, no geral demonstram a adesão ao projeto, como é explicitado em Fischer et al. (1996):

*“Fortemente criticado como “ilha de fantasia histórica à guisa de um shopping center” Magnavita (1995) em decorrência da intervenção governamental o Pelourinho é reconhecido também como locus de afirmação da identidade da cultura negra que aí, através das organizações afro-baianas (Olodum, Ilê-Ayê, Filhos de Gandhi) encontra sua expressão em vários produtos culturais de exportação (Dantas, 1993; Fischer e Dantas, 1994). (p.174)”*

A conclusão da pesquisa expõe ambigüidades que, ao final, resultam numa louvação menos tímida:

*As contradições são evidentes, pois no projeto governamental a requalificação do centro histórico passa necessariamente pela revitalização econômica através da oferta de bens e serviços de alto nível, mas indiscutivelmente não prescinde da base social remanescente (e das organizações produtoras de cultura). Este, talvez, consista num dos aspectos de maior vitalidade e conseqüentemente, de atratividade do Pelourinho (id. ibid.:178).*

O conflito é identificado no pensamento de Magnavita, mas é imediatamente rechaçado por Fischer et al. e Dantas, sendo que a primeira é co-autora deste documento, juntamente com mais quatro articulistas. Resumindo, são seis estudiosos que pensam de forma diferente de Magnavita, que tem o seu pensamento apresentado no trabalho apenas para que seja sublinhada a sua condição de pensamento minoritário.

<sup>3</sup> A citação de todos os autores tem a intenção de dar ao leitor a dimensão deste pensamento, tanto em termos numéricos quanto em termos de referencial acadêmico.

É dessa forma que se constrói o consenso necessário à *Mundialização Soteropolitana*, que, neste trabalho, será enfocada como um neologismo que designa o reconhecimento de uma crise na cidade que atinge a todos, crise essa que poderia ser identificada através da degradação de importantes áreas históricas e da crença no poder redentor do turismo, tendo o carnaval como seu principal produto. E só dessa forma a cidade poderia se transformar em um nó da rede mundial de cidades.

Aparece, ainda, como um poderoso componente da *Mundialização Soteropolitana*, a cultura como um produto mercantil, que é apresentada como o cadinho das oportunidades tanto para os grandes empreendedores quanto para o grande número de miseráveis da cidade. E o carnaval, para essas correntes, realizar-se-ia como expressão máxima dessa cultura, não pela sua especificidade, mas pela sua prevalência hierárquica sobre os demais brasileiros, gerando uma oportunidade ímpar de realização de valor dessa mercadoria chamada cultura, o que pode ser apreendido e reforçado em Arantes (1998):

*“Num de seus ensaios sobre esse processo de expansão da cultura, Mike Featherstone afirma que justamente o excedente monetário... vem sendo utilizado, desde a última década... “para acelerar sua gentrificação e uma elevação no prestígio geral da cidade”. Seria o caso de lembrar muito a propósito o quanto este tipo de requalificação vem sendo aplicado em nossos centros urbanos (à brasileira, é claro: entre outros sirva de exemplo barateado o Pelourinho de Salvador, convertido em cenário para estereótipos baianos). (p. 156)”*

O termo *Mundialização Soteropolitana*, tratado aqui como neologismo, é a síntese de um processo inspirado nas competições entre empresas americanas na década de 60, transferido, num primeiro momento, para algumas cidades dos EUA e, mais tarde, para as cidades européias. No Brasil, pela influência dos autores catalães, Barcelona passou a ser a cidade paradigmática. A *Mundialização Soteropolitana* é um conjunto de formulações políticas e acadêmicas que utiliza como artifício o reforço a alguns símbolos identitários dos habitantes do lugar, sendo esses símbolos escolhidos conforme a conveniência da tríade mercado/mídia/lucro. Aposta na competição entre cidades, e apresenta Salvador como um lugar hierarquicamente superior a outros lugares do Brasil, ou até do mundo.

Como reforço a esse argumento, pode ser acrescida a análise de Vainer (2000), que fornece os elementos complementares para uma compreensão mais abrangente dessa realidade mitificada.

São três as categorias fundamentais apresentadas por Vainer para caracterizar o corpo teórico do Planejamento Estratégico: Cidade-Mercadoria, Cidade-Empresa e Cidade-Pátria. A Cidade-Mercadoria teria

como traço a importância que passa a ser desempenhada pelo *marketing urbano*, incorporado como o componente principal do planejamento urbano, pelo fato de a cidade precisar ser vendida, o que faz Vainer (2000) formular a seguinte questão:

*(...) o que é que, afinal de contas, se vende quando se põe à venda uma cidade? A resposta não é fácil, pois, na verdade, ela depende de quem se tem em vista como comprador. Conforme sejam as características dos compradores visados os atributos a serem vendidos seriam diferenciados. (p. 78)*

Esses questionamentos, colocados pelo autor em análise, parecem não encontrar ressonância em uma boa parte dos estudiosos que analisam turismo e carnaval em Salvador, seja o recorte econômico, antropológico, sociológico, urbanístico, ou qualquer outro. O fato é que o consenso, ao naturalizar e até louvar a mercantilização cultural, segrega a crítica, deixando para ela a condição do gueto.

Determinados autores, em alguns momentos, reconhecem os problemas que a venda da cidade não conseguiu solucionar. Porém, logo depois, relativizam a situação, mostrando um outro lado, e tudo passa a ser uma questão de ponto de vista do espectador ou estudioso. Isso é o que se observa em um dos mais destacados pesquisadores de cultura, etnicidade e carnaval de Salvador, o Antropólogo Milton Moura, que se pronuncia desta forma:

*Do ponto de vista dos indicadores convencionais de desenvolvimento e bem-estar, tudo isso seria pouco, pois não altera o quadro de pobreza e marginalização da maioria da população. Visto de outro ângulo, o quadro pode ser visto com mais otimismo: a Negritude é, hoje, o emblema oficial da beleza da cidade e seus adolescentes e jovens experimentam um crescimento notável em termos de auto-estima. (Moura, 1998:32)*

Adiante, a ambigüidade porventura identificada nesse fragmento é dissipada, quando o mesmo autor conclui afirmando que:

*Na era da globalização, a cidade do Salvador, que nunca se especializou em produzir mercadoria alguma por muito tempo, torna-se ela própria mercadoria, enquanto representação de uma coreografia entre mundos. O que coloca no tabuleiro da baiana é a representação de uma cidade como ensaio de convivência étnica excitante, prazerosa e integradora. (Id. ibid. p.32)*

Outro pesquisador, Paulo Miguez, autor de vários trabalhos que enfocam principalmente a economia do carnaval, estabelece a relação dessa com a sua cultura e faz coro com Moura e a cidade-mercadoria, quando afirma:

*O carnaval, então “passa a ser visto como um negócio estratégico pelos arranjos institucionais públicos e privados que se desenvolvem no seu entorno” (Loiola e Miguez, 1995, p. 344), inaugurando a aproximação entre festa e indústria cultural, e pondo em movimento o que já vem sendo chamado genericamente de ‘indústria do axé’. (Miguez, 1998:51)*

No mesmo trabalho, o autor conclui de forma taxativa e até profética, ressaltando a vocação de Salvador para produzir bens simbólicos culturais. Destaca a importância do turismo e do lazer para a economia da cidade e conclui de forma definitiva, colocando a mercantilização da cultura como possibilidade de ser a locomotiva que vai conduzir a cidade para enfrentar os obstáculos impostos pela globalização:

*Assim, alinhando memória, cultura e festa, e articulando esse trinômio com os aparatos da indústria cultural, a Cidade da Bahia pode estar assentando as bases do seu futuro a partir do que a individualiza, diferencia e potencializa nos enfrentamento dos desafios impostos pela globalização. (Id. ibid, p.53)*

A possibilidade de a cidade estar assegurando o seu futuro – enfrentando, através de uma mercantilização cultural agressiva, os percalços da globalização – conduz a um falso entendimento de que todos, na “cidade” referida pelo autor, participariam dos ganhos da indústria cultural de forma igualitária. Na verdade, não existe evidência alguma que conduza a esse tipo de compreensão. Ao contrário, os indicadores sociais, a exemplo da distribuição de renda explicitada na figura 1, mostram que, coincidentemente ou não, a situação da grande maioria da população teve um considerável agravamento no período em que o turismo e a indústria cultural fincaram suas bases como segmentos hegemônicos das políticas públicas.

A aceitação do jogo imposta pela globalização fica caracterizada neste fragmento, sendo que a justificativa para essa aceitação acrítica apóia-se no medo de que a cidade de Salvador possa ser “desligada” da rede mundial, e, com isso, tornar-se uma cidade-região perdedora. Harvey pode ser utilizado como subsídio para o que aqui se afirma, ao propugnar que

*A ênfase no turismo, na produção e consumo de espetáculos, na promoção de eventos efêmeros numa dada localidade representam os remédios favoritos para economias urbanas moribundas. Investimentos urbanos desse tipo podem ser paliativos imediatos apesar de efêmeros aos problemas urbanos. Mas estes são, em geral, altamente especulativos. (Harvey, op cit., p. 59)*

Novamente Guy Debord, em seu magistral ensaio "A sociedade do espetáculo", oferece um contraponto, que é também uma possibilidade de construção de um ponto crítico, ao se referir ao consumo da cultura associado à sua negação.

*Ao ganhar independência, a cultura começa um movimento imperialista de enriquecimento, que é ao mesmo tempo o declínio de sua independência. A história, que cria a autonomia relativa da cultura e as ilusões ideológicas a respeito dessa autonomia, também se expressa como história da cultura. E toda história de vitórias da cultura pode ser compreendida como a história da revelação de sua insuficiência, como uma marcha para sua auto-supressão. A cultura é o lugar da busca da unidade perdida. Nessa busca da unidade, a cultura como esfera separada é obrigada a negar a si própria. (Debord op cit., p. 119)*

O marketing urbano como definidor da venda de cidades, conforme observado por Vainer nos trabalhos dos teóricos do Planejamento Estratégico de Cidades, é um componente levado muito a sério no caso do Estado da Bahia, sobretudo no que toca ao segmento turístico e ao carnaval como seu principal produto. Não é por mera coincidência que a Bahiatursa, hoje, está entre os principais órgãos estatais, apresentando um volume de recursos muito superior a outro grande anunciante, que é o próprio governo da Bahia, gastando mais do que muitos ministérios do Governo Federal.

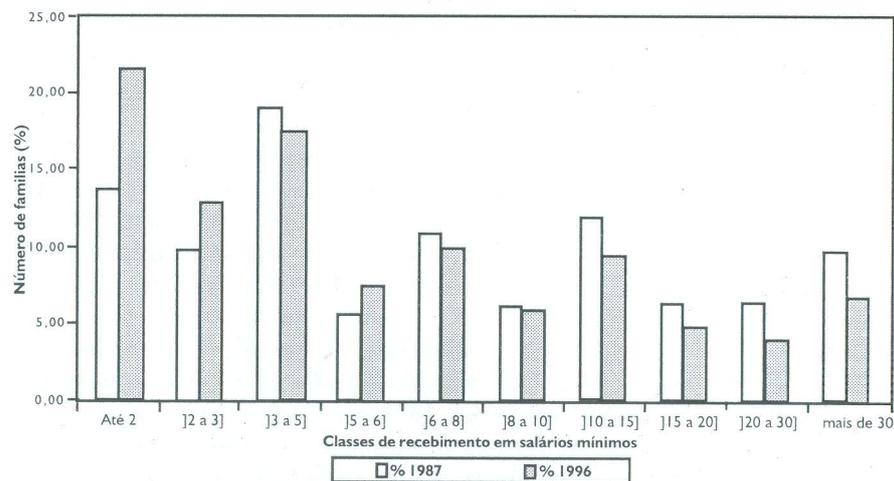


Figura 1: Distribuição Relativa da renda familiar nos anos de 1987 e 1996 na Região Metropolitana de Salvador Fonte: IBGE/POF, 2000

Sobre a estratégia de transformar o Estado e a cidade em mercadoria, os argumentos podem ser alinhavados num fragmento extraído de uma matéria do jornal Estado de São Paulo do dia 25 de março de 2001.

SALVADOR – Para justificar o uso das verbas em publicidade, o governo estadual exhibe os bons resultados no turismo e no setor industrial assinalando que "vender" a Bahia para o resto do Brasil é uma estratégia que está dando certo. No carnaval, o principal evento turístico local, o Estado recebeu 900 mil visitantes, de acordo com a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). A Bahia bateu, inclusive, os cerca de 500 mil visitantes que foram ao Rio de Janeiro e superou as estimativas dos órgãos de turismo locais, que esperavam 450 mil turistas.

A cidade-empresa do Planejamento Estratégico de Cidades, segundo Vainer (2000), não é só uma cidade que busca empresários empreendedores, que se restringiriam aos aspectos administrativo, gerencial e operacional. Para ele

(...) é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados... a constituição e legitimação da nova cidadania conferida aos segmentos estratégicos caminham pari passu com a destruição dos grupos com "escassa relevância estratégica". (p. 89).

A partir daí, podem-se formular algumas perguntas. O folião "pipoca"<sup>4</sup>, embora seja o grupo mais numeroso do carnaval de Salvador, não seria hoje um grupo de escassa relevância estratégica? Quem tem relevância estratégica no carnaval de Salvador?

A cidade-empresa pode ser identificada facilmente em Salvador, quando se vê o Pelourinho ganhar o prêmio 'Top of mind' em pesquisa que busca identificar quais são as marcas e empresas mais memorizadas pelo consumidor – junto com fábricas de biscoitos, blocos de trio, oficinas mecânicas, shopping centers, e vários outros segmentos da atividade empresarial. Esse prêmio foi fartamente comemorado pela mídia através de todos os seus veículos: outdoors, rádios, televisões e jornais, como o reconhecimento de um projeto que atingiu os seus objetivos. O que não deixa de ser a mais pura expressão da verdade. O Pelourinho e o carnaval hoje se constituem nos mais acabados exemplos de sucesso da cidade-empresa, que se apóia na cidade-pátria. A cidade-pátria é a terceira categoria que Vainer localiza na construção teórica do

<sup>4</sup> Denominação popular do folião que participa do carnaval nas ruas de Salvador, sem pertencer aos blocos ou a grupos organizados.

Planejamento Estratégico de Cidades, e um dos principais elementos para a sua formulação. É, sem sombra de dúvida, a busca obsessiva do consenso, pois, segundo seus formuladores, não há possibilidade de sucesso do projeto de cidades, sem que haja uma unidade sem possibilidades de brechas, fato que é também identificado por Souza (2000), quando diz que a busca desenfreada do consenso torna essa concepção autoritária e impositiva.

Para Vainer (op cit):

*Uma vez conquistada a trégua social pelo sentimento generalizado de crise, a promoção sistemática e planejada do patriotismo de cidade constitui o vetor estratégico da reprodução das condições da paz social no contexto da cidade-empresa e, agora também, da cidade-pátria. (p. 95)*

Ora, o slogan de Antônio Carlos Magalhães, quando da sua eleição para governador, era "Orgulho de ser Baiano", e toda propaganda oficial busca desenvolver sentimentos cívicos e de unidade cultural na população de todo Estado, tendo, porém, como referência cultural o modo de vida da Região Metropolitana de Salvador e seu entorno. Harvey (1996) orienta a compreensão desse processo ao afirmar que:

*O empresariamento urbano (em oposição ao muito mais disfarçado gerenciamento burocrático) lida aqui com a busca da identidade local e, como tal abre uma gama de mecanismos para o controle social. Pão e circo foi a famosa fórmula romana, que está sendo agora reinventada e revivida, enquanto a ideologia da localidade, de lugar e da comunidade tornam-se centrais para a retórica política da gestão urbana que se concentra na idéia de união como defesa contra um mundo hostil ameaçador do comércio internacional e da alta competição. (p. 60)*

Alguns autores locais também caminham nesta direção, a exemplo de Oliveira (2000):

*(...) não significa a dispensa de antigos mitos. Ao contrário estes são recuperados ou recauchutados em vista de sua reintegração funcional, a exemplo do que ocorre com a fastosa baianidade, sempre um posto a serviço do outro. Valores fundamentais como a preguiça e a musicalidade do povo, presentes no ritmo carnavalesco, se acoplam como componentes do próprio desenvolvimento na sua nova configuração mistificada posta como referencial dessa sempre nova cultura baiana, cuja reprodutibilidade só pode ser assegurada pela única via considerada legítima de atividade lucrativa. (p. 16).*

Os mídias também desempenham um papel decisivo, formulando e difundindo pensamentos que reforçam a cidade-pátria, a exemplo do publicitário Nizan Guanaes, que gosta de dizer que baiano não nasce, baiano estréia. Isso, além de colocar o privilégio de ser baiano, desenvolvendo o "patriotismo cidadão", induz a população a entender o seu destino como sendo o espetáculo. Esses grupos elegem alguns ícones que vão ter espaço de mídia, de forma a legitimar o discurso pluricultural.

Questões como cidadania, cidade ilegal, favelização, **racismo**, desemprego, estariam não só excluídas dessa agenda "estratégica", como seriam consideradas impertinências ideológicas de uma esquerda radical. Todo aquele ou aquela que queira inserir-se no debate de quaisquer outros pontos que vão de encontro à cidade-pátria, estará sendo contra a Bahia, e não contra os grupos formuladores da verve patriótica cidadina.

Todo esse processo, porém, é realizado com um indescritível autoritarismo pelos donos do poder, que fecham qualquer canal de participação popular. Todo projeto do Pelourinho não teve a mínima abertura para participação da população envolvida, ou de qualquer outro segmento que não fosse o núcleo do poder. Qualquer intervenção urbanística, desde a mais complexa até a mais simples, é uma verdadeira caixa-preta, que não se abre em situação alguma, ou quando assim acontece, como no carnaval, a abertura acontece para os grupos econômicos de maior poder, que produzem o espaço conforme as suas conveniências, privatizando espaços públicos, segregando e excluindo a maior parte dos grupos sociais.

Muitas pesquisas acadêmicas, mesmo que não manifestem um apoio explícito ao grupo político atualmente no poder, nem aos mídias, terminam se encontrando com eles, na medida em que desenvolvem teses como a da baianidade, que, partindo de um arcabouço teórico que leva em conta principalmente a identidade e o regionalismo, recorrem com frequência às ideologias estimuladoras do patriotismo cidadão, colocando Salvador não como lugar particular e especial como outros lugares do mundo, mas como hierarquicamente superior aos outros locais. Um contraponto a esses posicionamentos pode ser encontrado em Lencioni (1999) na afirmação de que

*(...) o discurso em nome da identidade e dos interesses regionais pode servir para legitimar o poder numa determinada região. Por isso a apologia ao diferente não necessariamente se reveste de uma postura progressista, servindo, muitas vezes, para a perpetuação do domínio de lideranças regionais. (p. 194)*

Nesse sentido, a problematização aqui levantada tem a intenção de abrir brechas para discutir a crescente privatização dos espaços públicos pelos grupos privados de maior poder econômico, Os conflitos, exclusões e segregações espaciais no carnaval, refletidos sobretudo, nas desumanas

condições de trabalho de mais de 50.000 trabalhadores denominados de cordeiros<sup>5</sup>, no crescente trabalho infantil dos catadores de latas, nas precárias condições de 20.000 ambulantes, na repressão, cada dia mais crescente, de manifestações como “A Mudança do Garcia”, pelo fato de expressar uma oposição sistemática aos grupos de poder, a manipulação da execução de músicas pelas emissoras de rádio, através do pagamento, em dinheiro, para a execução de músicas pela Associação dos Produtores do Axé (APA), a segregação espacial e temporal crescente dos blocos afro e a introdução do camarote, que desterritorializa, segrega e exclui a maior parte dos foliões, pois a lógica do carnaval passa a ser direcionada para consumidores que fazem parte de uma minoria da população da cidade.

A mundialização soteropolitana, implementada em marcha forçada nos últimos anos, é um jarro quebrado, pois além de não conseguir cumprir as suas promessas de transformações das condições de vida e dignidade da maior parte da população, segmentou, fragmentou e segregou o espaço de tal maneira, que a cada dia fica mais difícil a mediação entre os seus pedaços.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Otília. Uma Estratégia Fatal. A Cultura nas Novas Gestões Urbanas. Arantes, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO Ermínia. A Cidade do Pensamento Único. Vozes, Petrópolis, 2000.
- ARANTES, Otília. Urbanismo em Fim de Linha. Edusp, São Paulo, 1998.
- BORJA, Jordi. As Cidades e o Planejamento estratégico: Uma Reflexão Européia e Latino-Americana. In Fischer, Tânia. Org. Gestão Contemporânea: Cidades Estratégicas e Organizações Locais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Turismo e a Produção do Não-Lugar. Turismo, Espaço, paisagem e Cultura. Yázigi, Eduardo. Carlos, Ana Fani Alessandri e Cruz, Rita de Cássia Ariza da Cruz. Orgs. Hucitec, São Paulo, 1999.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. Volume I. 2a edição. Paz e Terra, São Paulo, 1999.
- DANTAS, Marcelo. Os Blocos Afros, O Mercado Cultural e a Identidade Étnica. Palestra publicada na Revista Seminários de Carnaval II. UFBA, Salvador, 1999.
- DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Contraponto, Rio de Janeiro, 1998.
- FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio Filgueiras. O Passado tem

<sup>5</sup> Denominação popular dos trabalhadores que fazem a segurança dos blocos carnavalescos de Salvador, segurando as cordas delimitadoras do território dos blocos, durante o período em que esses desfilam.

- futuro? Os (des)caminhos da Requalificação do Pelourinho. Salvador, 1993, mimeo.
- FISCHER, Tânia. HEBER, Florence. MOURA Suzana. TEIXEIRA, Angela SIQUEIRA, Maria de Lourdes. Centro Histórico de Salvador: A Gestão em Parceria de Novos Tempos e Novos Espaços. In. FISCHER, Tânia. (Org.). Gestão Contemporânea: Cidades Estratégicas e Organizações Locais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.
- HALL, Peter. Cidades do Amanhã. Perspectiva, São Paulo, 1995.
- HARVEY, David. Do Gerenciamento ao Empresariamento: A transformação da Administração Urbana no Capitalismo Tardio. Revista Espaço & Debates No 39. Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo 1996.
- LENCIONE, Sandra. Região e Geografia. Edusp, São Paulo, 1999.
- MAGNAVITA, P. Quando a História Vira Espetáculo de Poder. A Pós-Modernidade na preservação de Centros Históricos: O Caso do Pelourinho. VII Encontro Nacional da Anpur. Brasília, maio 1995.
- MARICATO, Ermínia. As idéias Fora do Lugar e o lugar fora das Idéias: Planejamento Urbano no Brasil.
- ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. A Cidade do Pensamento Único. Vozes, Petrópolis, 2000.
- MIGUEZ, Paulo. A Contemporaneidade Cultural na Cidade da Bahia. Bahia Análise & Dados, SEI, Salvador, 1998.
- MOURA, Milton. Quem quer comprar a cara dessa cidade?. Bahia Análise & Dados, SEI, Salvador, 1998.
- OLIVEIRA, Nelson. A Outra Face da Moeda. Art. Sob o Manto da Concórdia: Bahia como Contrafação do Moderno. Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, Salvador, 2000.
- SANTOS, Milton. Por Uma Outra Globalização, Record, São Paulo, 2000.
- SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil – Território e Sociedade no Início do Século XXI. Record, Rio de Janeiro/São Paulo, 2001.
- SOUZA, Marcelo Lopes. O Desafio Metropolitano. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria, Notas Sobre a Estratégia Discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO Ermínia. A Cidade do Pensamento Único. Vozes, Petrópolis, 2000.